



AS MULHERES NA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO (USP): ALICE PIFFER CANABRAVA E A (IN)VISIBILIDADE DA MULHER NA HISTORIOGRAFIA BRASILEIRA

Women at University of São Paulo (USP): Alice Piffer Canabrava, and the (in)visibility
of women in Brazilian historiography

Beatriz Rodrigues^a

 <https://orcid.org/0000-0002-8784-0330>

E-mail: bia_sic@hotmail.com

Universidade Federal de Rondônia, Rolim de Moura, RO, Brasil.

 Cleyton Rodrigues dos Santos^b

<https://orcid.org/0000-0002-3858-1408>

E-mail: cleyton14santos@gmail.com

Universidade Estadual do Centro-Oeste, Guarapuava, PR, Brasil.

RESUMO

A trajetória acadêmica da historiadora Alice Piffer Canabrava na Universidade de São Paulo é o objeto de análise deste artigo. Refletiremos sobre suas experiências, participações e interdições em um período em que a academia era dominada por indivíduos do sexo masculino. Apoiados em estudos teóricos de historiadores como José Jobson de Andrade Arruda, Flávio Saes, Joan Scott, Maria da Glória Oliveira, dentre outros – compusemos o quadro em que Alice Canabrava contribuiu de maneira bastante significativa para a superação de esquecimentos e invisibilidades ao qual foi relegada pelos cânones dominantes na universidade e na historiografia brasileira, algo que será perceptível, sobretudo, através de concurso realizado na USP em 1946.

PALAVRAS-CHAVE

Alice Canabrava. Gênero. Historiografia. História Econômica.

ABSTRACT

The academic trajectory of the historian Alice Piffer Canabrava at the University of São Paulo is the object of analysis of this article. We'll reflect on their experiences, participation and interdictions in a period when the academy was dominated by male individuals. Supported by theoretical studies of historians such as José Jobson de Andrade Arruda, Flávio Saes, Joan Scott, Maria da Glória Oliveira, among others - we composed the framework in which Alice Canabrava contributed significantly to the overcoming of forgetfulness and invisibilities to which she was relegated by the dominant canons in the university and in Brazilian historiography, something that will be noticeable, above all, through a contest held at USP in 1946.

KEYWORDS

Alice Canabrava. Gender. Historiography. Economic History.

Em sua grande maioria as mulheres permaneceram, na história, como figuras silenciosas, em grande parte obscuras, mães, esposas ou filhas sem voz própria. Felizmente, nos últimos anos, várias iniciativas vêm procurando resgatar a memória feminina do passado, antes que a perda seja irreparável.

Alice Piffer Canabrava.

Cuidar para que a perda em relação à produção historiográfica feminina não se torne algo irreparável. Assim acautelou Alice Piffer Canabrava, historiadora, autora de uma das primeiras pesquisas acadêmicas na área de História Econômica no Brasil e protagonista desse artigo. Não podemos permitir que histórias de mulheres sejam abafadas, silenciadas. Causa medo colocar o dedo na ferida, mas causa medo maior ainda, cicatrizá-la, abafá-la.

Através da produção e trajetória acadêmica de Alice Piffer Canabrava temos por objetivo nesse artigo ocupar o presente com as palavras de uma mulher. Não temos a pretensão de fazer uma abordagem das relações de gênero que existiam na Universidade de São Paulo, mais especificamente na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras quando de sua gênese; muito menos, galgar voos em que coloque personagens importantes em determinadas circunstâncias ao posto de heroínas.

A noção de gênero servirá de horizonte crítico para que possamos compreender a invisibilidade de mulheres no que se refere ao mundo intelectual e acadêmico. Conforme afirmou a historiadora, professora e militante feminista norte-americana Joan Scott (1995), o conceito de gênero continua sendo uma categoria útil de análise histórica. É partindo dessas concepções que pretendemos refletir sobre o papel exercido por Alice Canabrava cujas obras constituem referências importantes nas pesquisas em História Econômica nos quadros da produção historiográfica brasileira de meados do século XX, além de tecer breves considerações acerca de sua tese de cátedra, *O desenvolvimento da cultura do algodão na Província de São Paulo (1861-1875)*.

A TRAJETÓRIA ACADÊMICA E O CONCURSO NA USP

Seria possível iniciar as considerações sobre Alice Piffer Canabrava no ano de 1911, quando de seu nascimento no município de Araras, interior de São Paulo. À época, mesmo apresentando sinais de declínio, o motor da economia local era a economia cafeeira. Também seria possível iniciarmos essa análise pela trajetória de Alice Canabrava, desde o curso primário, passando pelo Colégio Stafford, em São Paulo, onde fez o ginásio como interna, até seu ingresso na Escola Normal Caetano de Campos da Praça da República.

Esses eventos foram marcantes na vida dessa historiadora, principalmente aqueles relacionados à decisão de deixar o interior e fixar residência na capital paulista nos anos 1920. Com todo suporte e incentivo dos pais que afirmavam o valor do trabalho para a mulher (Saes, 1999, p. 41), seu objetivo era o ingresso no magistério oficial, o que veio a ocorrer em 1931, quando inicia sua carreira em Manduri, distrito de Piraju, na Alta Sorocabana, que era, nas palavras da própria Alice Canabrava,

[...] Lugarejo em meio a um grande campo arenoso constava de uma única rua central, a da estação ferroviária, cortada por algumas curtas vias transversais. Nenhum cinema, nem médico ou dentista, nenhuma praça ajardinada, apenas alguns estabelecimentos comerciais. Em torno do núcleo urbano, vastos campos de pobres gramíneas naturais onde pastavam algumas cabeças de gado. O único grande acontecimento diário



era a chegada do trem, que vinha de São Paulo ao cair da noite. Periodicamente, um movimento ruidoso agitava a vilazinha: a chegada a pé das manadas de bovinos de Mato Grosso, tangida por boiadeiros a cavalo, que permaneciam alguns dias nas pastagens circundantes, antes de prosseguir viagem para os matadouros da capital (Canabrava, 2003, p. 8).

Posteriormente, Canabrava foi transferida para Araras, sua terra natal. Quando da descrição de seu retorno, é quase possível sentir o cheiro dos jardins e o frescor das sombras dos *flamboyants*. Alice Canabrava menciona que encontrou Araras em uma situação de estagnação, como a havia conhecido na infância. Em suas palavras:

Cidade pequena, com a inteireza de seus quadros administrativos e instituições pertinentes, com belíssimo edifício para o curso primário, o Grupo Escolar, que se inscreve no plano de construções congêneres ideado e realizado pelos paulistas velhos da Primeira República. Amplas salas de aulas, belos jardins, extensas áreas para recreio sombreadas de grandes *flamboyants*, distanciava-se bastante do prédio acanhado, ao nível da rua, da minha experiência anterior (Canabrava, 2003, p. 8).

Canabrava almejava descortinar uma nova vida de inquietações culturais e a ocasião pareceu se dar em 1933 com a reforma de Fernando de Azevedo, que proporcionou equivalência entre os cursos de segundo grau, colocando fim, desta forma, ao privilégio de que usufruíam os ginásios como cursos propedêuticos às escolas de nível superior. A grande oportunidade, porém, surge em 1934 com a fundação da Universidade de São Paulo.

O período é marcado pela “fremência da paulistanidade dos anos de 1930” ou pela chamada “*belle époque paulistana*”, que poderia ser resumida pela vontade manifesta de transformar São Paulo em uma metrópole reconhecida. Mergulhada em um processo de transformações intensas, a capital é marcada por mudanças sociais, políticas, econômicas e científico-tecnológicas. A transição para a “cidade moderna”, apesar de todos os esforços do poder público e de parte considerável da elite do país, era um processo social descontínuo e diversificado, no qual as inovações não chegavam a romper com os traços tradicionais. Como recordou Maria Stella Bresciani, “o espaço urbano pode ser suporte de memórias diferentes, cenários contrastados, múltiplos” (Bresciani, 1992, p. 14).

Nesse panorama “almejado”, mas nem sempre vivido no cotidiano pelos habitantes da capital, a fundação da Universidade de São Paulo veio como espécie de resposta ao Governo Provisório de Getúlio Vargas, bem como para a formação intelectual para os quadros administrativos do Estado e do País. Sobre esse assunto, Eva Alterman Blay e Alice Beatriz da Silva Lang explicam:

Do ponto de vista político, a Universidade [de São Paulo] formaria elites dirigentes para o país, tendo papel central na emancipação nacional, pois havia a necessidade de combinar reformas políticas (voto secreto) com as educacionais, no sentido da maior democratização. Por outro lado, cresciam nos centros urbanos ocupações que exigiam qualificação, multiplicando em ritmo acelerado a procura de vagas na educação secundária e sobretudo superior. Assim a Universidade respondia à necessidade de ampliação do ensino médio decorrente dos processos de urbanização e industrialização. Formaria professores secundários num projeto de reestruturação do ensino médio (Blay; Lang, 2004, p. 44).

A universidade foi encarada por muitos como a formadora de pessoal para o exercício de funções superiores. Houve também a consideração de que ela seria um centro civilizador por excelência, que a um tempo possibilitaria e orientaria o desenvolvimento da sociedade. Segundo Eva Blay e Alice Beatriz Lang, a Universidade de São Paulo inseria-se num projeto geral das universidades brasileiras, conforme os próprios decretos do governo Provisório de Getúlio Vargas (Blay; Lang, 2004, p. 44).

Flávio Saes, sobre a gênese da instituição, revela que “naquele ano [1934] foi fundada a Universidade de São Paulo, que agregava algumas faculdades já existentes — como as de Medicina, Direito, Engenharia, Agronomia além do Instituto de Educação e alguns elementos das Escolas de Veterinária, Farmácia e Odontologia — e criava uma nova Faculdade — a de Filosofia, Ciências e Letras” (Saes, 1999, p. 43).

Alice viveu, portanto, esse período ímpar, tendo a experiência tanto da ruralidade quanto do ambiente urbano, abrindo assim, novas perspectivas com a Reforma de Fernando de Azevedo e a criação da Universidade de São Paulo, conforme aponta Flávio Saes (1999, p. 44):

Com o objetivo de consolidar a Faculdade de Filosofia, garantindo o preenchimento das vagas, o governo do estado de São Paulo abriu a possibilidade de que professores do magistério primário oficial ingressassem nos cursos da faculdade, numa espécie de “comissionamento”: eles manteriam seu emprego e receberiam seus vencimentos enquanto cursavam a faculdade. Além disso, também nesses anos, uma reforma educacional garantiu a equivalência do curso normal ao ginásio, viabilizando o acesso dos “normalistas” à universidade. Alice Canabrava, vendo aí a possibilidade de atender às suas expectativas de novos conhecimentos e novas atividades, prestou o exame para ingresso na faculdade. Aprovada, iniciou em 1935 o curso de História e Geografia (à época um único curso).

O “comissionamento” foi fundamental para o ingresso não apenas de Alice Canabrava na Universidade de São Paulo, mas também de muitas outras professoras.¹ Sobre o “comissionamento” a autora explica que:

Muitas mulheres e homens que frequentaram a USP, quando de sua criação em 1934, puderam fazê-lo através do “comissionamento”. As mulheres foram as que mais entraram para a Faculdade por esse mecanismo, pois elas constituíam a maioria das professoras primárias. Eram mulheres que trabalhavam, não tinham posses, de modo geral dependiam de seus salários. Para poder frequentar uma faculdade não podiam abrir mão do salário. Assim, foi por um ato governamental que essas professoras, mulheres na maioria, moradoras no interior do Estado de São Paulo, puderam vir estudar na capital (Canabrava, *apud* Blay; Lang, 2004, p. 101).

¹ O “comissionamento” aparece também nos relatos de Jandira França Barzaghi. Nas palavras dessa figura ilustre da área de química, “uma das finalidades da nova Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras era formar professores secundários especializados nas diversas matérias. Sabiamente, o Governo do Estado se dirigiu à legião dos professores primários, acenando-lhes com um comissionamento pelo curso todo, desde que fosse mantida uma nota 7 em cada uma das matérias do currículo. As professoras acudiram em grande número, espalharam-se por toda a Faculdade, primeiramente matriculadas em caráter condicional, o qual logo depois foi convertido em matrícula regular com a aceitação oficial do diploma de Escola Normal, se anterior a 1937, pois em 1936, tinha início o pré-universitário, único que daria ingresso às Faculdades nos anos seguintes. Fui uma das professoras comissionadas nessas condições” (Barzaghi *apud* Blay; Lang, 2004, p. 81).

Em seus relatos, Canabrava lembrava dos mestres franceses com entusiasmo. Quanto aos professores brasileiros, como Afonso Taunay, em História do Brasil, Plínio Ayrosa, de Etnografia e Língua Tupi-Guarani, os elogios mais contundentes eram reservados, principalmente, aos professores Fernand Braudel e Pierre Monbeig, respectivamente responsáveis pelos cursos de História Geral e Geografia.

Alice Canabrava concluiu a licenciatura em 1937 e nesse mesmo ano é convidada para trabalhar como assistente da cátedra de História da América com o professor Paul Vanorden Shaw. Flavio Saes lembra que foi esse vínculo que a levou ao tema de sua tese de doutoramento, defendida em 1942: *O comércio português no Rio da Prata, 1580-1640*, concedendo a ela uma posição de destaque, dada a originalidade da pesquisa e a relevância dos resultados obtidos (Saes, 1999, p. 44).

Em 1946 ocorreu um dos fatos marcantes na vida e trajetória pessoal e profissional de Canabrava, narrado de forma pelo historiador José Jobson de Andrade Arruda (2011, p. 24-25):

Inquestionavelmente, um dos fatos momentosos na trajetória profissional e acadêmica de Alice Canabrava foi o concurso para provimento da cátedra de História da América em 1946. Vencido por seu opositor, o professor Astrogildo Rodrigues de Mello, apesar da nota final obtida por Alice ser superior, o concurso transformou-a num ícone do movimento de afirmação feminina na academia, um exemplo candente de perfídia orquestrada pela corporação masculina em defesa de seu espaço acadêmico e, por conseguinte, de seus privilégios de gênero. Ao crucificar, de modo genérico, a banca examinadora pelo resultado desfavorável e ao interpretá-la como fruto da “arraigada consciência de superioridade, a tradição do meio quanto à predominância dos padrões masculinos”, Alice minimiza o fato, por ela mesma relatado, de dois dos membros da banca, homens, ficaram a seu favor, exigindo do presidente da mesma o voto de minerva, que acabou por favorecer seu oponente. Elide, igualmente, o fato de ter sido o professor André Dreyfus, diretor da Faculdade de Filosofia, quem a consultou “sobre a possibilidade de concorrer ao concurso da carreira de História da América, pois não desejava abri-lo para um único candidato”. Finalmente, não faz justiça aos colegas homens da Faculdade de Filosofia, que não lhe recusaram amparo no momento traumático em que o resultado foi anunciado, deixando perplexa grande parte da plateia que havia acompanhado o concurso e, sobretudo, a candidata vencida, caso de Antonio Cândido de Mello e Souza e Florestan Fernandes.

O concurso foi um evento marcante na história da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP. Inscreveram-se para o referido certame três candidatos, quais sejam: o então regente da cadeira de História da Civilização Americana, Astrogildo Rodrigues de Mello, Alice Piffer Canabrava – Professora Assistente da mesma cadeira – e Odilon de Araújo Grellet – Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais, que mais tarde se tornaria professor catedrático de Relações Internacionais na Faculdade de Direito do Largo de São Francisco.

As provas foram realizadas entre os dias 30 de julho e 07 de agosto de 1946. A banca examinadora do concurso foi composta pelos professores Sérgio Buarque de Hollanda (diretor do Museu Paulista), Eremildo Luiz Vianna (Faculdade Nacional de Filosofia do Rio de Janeiro), Jaime Coelho (Faculdade Nacional de Filosofia do Rio de Janeiro), além dos professores Jorge Americano (Faculdade de Direito da USP) e Zeferino Vaz (Faculdade de Medicina Veterinária), membros eleitos do Conselho Universitário.

Ao final das provas, os três candidatos foram considerados habilitados por todos os membros da banca, isto é, aprovados por terem obtido nota acima de 7,0, o que lhes garantiria minimamente o título da livre-docência. Foi indicado pela maioria dos membros da banca para ocupar a cátedra o candidato Astrogildo Rodrigues de Mello. O professor e presidente da Comissão Examinadora, Jorge Americano declarou em seu parecer: “havendo empate entre os candidatos Astrogildo Rodrigues de Mello e Alice Piffer Canabrava, desempatei pelo primeiro, levando em conta o exercício anterior da Cátedra nesta Faculdade” (Atas do Concurso de História da Civilização Americana, Faculdade de Filosofia, Ciência e Letras, 17 ago. 1946, *apud*, Arruda, 2011, p. 26). Segue abaixo o boletim geral de notas atribuídas:

Tabela 1 - Boletim geral das notas atribuídas aos candidatos à Cadeira de História da Civilização Americana

Candidato	Títulos	Prova Escrita	Defesa de Tese	Prova Didática	Média
Astrogildo Rodrigues de Mello	10	9	9	9	9,25
Alice Piffer Canabrava	9	9	10	9	9,25
Odilon Araújo Grellet	6	8	6	8	7,00

Fonte: Atas do concurso para provimento da cadeira de História da Civilização Americana da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo, 17 ago. 1946, cf. Arruda (2011, p. 26).

Após a análise de notas individuais, percebemos que não se tratava de um empate. Alice Canabrava havia vencido o concurso. Houve empate somente nas notas individuais atribuídas pelo presidente da banca examinadora, ou seja, 9,25. Assim sendo, uma vez consideradas todas as notas atribuídas pelos demais membros da banca, Alice Canabrava obteve a nota 9,30 e Astrogildo Rodrigues de Mello, 9,15 (Tabela 2).

Tabela 2 - Notas individuais atribuídas pelos membros da banca examinadora

Astrogildo Rodrigues de Mello					
Examinadores	Títulos	Prova Escrita	Defesa de Tese	Prova Didática	Média
Jorge Americano	10	9	9	9	9,25
Zeferino Vaz	10	9	8	9	9
Jaime Coelho	10	10	10	9	9,75
Eremildo Luiz Viana	10	10	10	9	9,75
Sérgio Buarque de Holanda	9	9	8	8	8,50
Alice Piffer Canabrava					
Examinadores	Títulos	Prova Escrita	Defesa de Tese	Prova Didática	Média
Jorge Americano	9	9	10	9	9,25
Zeferino Vaz	10	9	10	10	9,75
Jaime Coelho	9	9	9	9	9
Eremildo Luiz Viana	9	9	9	9	9
Sérgio Buarque de Holanda	9	10	10	10	9,75
Odilon de Araújo Grellet					
Examinadores	Títulos	Prova Escrita	Defesa de Tese	Prova Didática	Média
Jorge Americano	6	8	6	8	7
Zeferino Vaz	6	8	6	8	7
Jaime Coelho	6	8	6	8	7
Eremildo Luiz Viana	6	8	6	8	7
Sérgio Buarque de Holanda	6	8	6	7	6,75

Fonte: Atas do concurso para provimento da cadeira de História da Civilização Americana da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo, 17 ago. 1946, cf. Arruda (2011, p. 27).



Os números apresentados nas tabelas acima demonstram que, na prova de títulos, o candidato Astrogildo Rodrigues de Mello não poderia obter a nota final 10, uma vez que ele não obteve nota 10,0 com Sérgio Buarque de Hollanda. Percebemos, também, que todas as notas quebradas do candidato declarado vencedor foram arredondadas para cima, de títulos e de didática; ao passo que as de Alice Canabrava o foram para baixo – títulos, escrita e didática, com exceção da nota de defesa de tese, que foi elevada de 9,6 para 10,0. Essa atitude beneficiou também Odilon de Araújo Grellet, pois sua nota final não atingiu 7,0, de tal forma que deveria ter sido reprovado e não habilitado.

Arruda (2011, p. 28) afirma que:

As notas revelam também que Jorge Americano se protegeu atribuindo notas iguais para os principais competidores. Já os outros dois examinadores, Zeferino Vaz e Sérgio Buarque de Hollanda, deram notas mais altas à Alice Canabrava, que seria certamente a indicada se suas notas prevalecessem. Que decidiu o concurso e, por decorrência o destino da Professora Alice foram os examinadores de fora, vindos ambos da área de história da Faculdade Nacional de Filosofia do Rio de Janeiro, Eremílido Vianna e Jaime Coelho, que atribuíram a três diferentes candidatos, em quatro tipos de provas, um total de 24 notas absolutamente iguais, evidência inconteste de que esses dois membros da banca combinavam as notas, atribuindo nota 9 à Alice em todas as provas e nota 10 à Astrogildo em três delas. Isso fez a diferença, acentuada pela manipulação dos resultados realizada ou acoitada pelo presidente da Comissão Examinadora, configurando uma situação anômala, pois a nota final verdadeira não foi 9,25 e sim 9,30 a favor de Alice, enquanto Astrogildo alcançou somente 9,15. Se conluio houve, portanto, deu-se na indicação dos membros da banca pelo Conselho Técnico e Administrativo da FFLC.

Mesmo sendo preterida ao cargo, a tese intitulada *A Indústria de Açúcar nas Ilhas Inglesas e Francesas no Mar das Antilhas, 1697-1755* lhe conferiu o título de livre-docente. Entretanto, o concurso para a cátedra de História da América deixou marcas profundas, conforme atesta a própria Alice Canabrava:

O concurso foi rumoroso e memorável. Jamais poderia esquecer a presença maciça dos meus alunos do curso de História da América, a juventude descomprometida e idealista que me apoiou sem reservas; recebi também o apoio de muitas colegas de trabalho, docentes na Faculdade. Apesar de obter a média mais alta no conjunto das provas, estas não se constituíam em base do critério para a indicação ao cargo de professor catedrático, segundo o regulamento vigente. Esta se decidia com a votação pelos membros da banca. Deste modo, fechados e protegidos pela organização interna do grupo, os colegas do sexo masculino se favoreciam de uma estrutura legal, por eles elaborada, para servir a seus interesses. Verificando-se o embate na votação, coube ao presidente da banca a decisão final e a tomou em favor do meu concorrente, sob a justificativa de que já se encontrava no exercício do cargo como professor contratado (Canabrava *apud* Blay; Lang, 2004, p. 102).

Apesar das atitudes misóginas expostas, segundo Alice Canabrava, “por coincidência muito feliz”, organizava-se naquela época (1946) a Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas, para a qual [se transferiu] de imediato (Canabrava, *apud* Blay; Lang, 2004, p. 103). A acolhida na nova faculdade foi calorosa, que, “sem qualquer discriminação por sua condição feminina, marcou indelevelmente a memória de Alice”

(Arruda, 2011, p. 35). Não faltaram críticas aos antigos colegas da Faculdade de Filosofia, onde, segundo a própria Alice revela, “havia muitos ‘intelectualóides’ que se diziam avançados, liberais, mas que, no fundo, eram extremamente preconceituosos para com uma mulher” (Arruda, 2011, p. 35).

Ao chegar à Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas, Canabrava tornou-se a primeira mulher a ocupar o posto de professora catedrática em 1951, com a tese intitulada *O Desenvolvimento da Cultura do Algodão na Província de São Paulo (1861-1875)*, permanecendo nessa faculdade até sua aposentadoria em 1981.

A trajetória de Canabrava como pesquisadora e o caso ocorrido no concurso da USP pode ser interpretado como espécie de documento histórico indicador das condições vivenciadas pelas mulheres na história da Universidade de São Paulo e que oferece um modo de compreensão pelo qual as questões de gênero foram e possivelmente ainda são perpassadas.

Segundo Joan W. Scott, apesar da presença de mulheres na academia, elas sempre precisaram lidar com experiências de discriminação baseadas em diferenças de gênero (Scott, 1992, p. 69). Percebemos que o silenciamento acerca das produções intelectuais de mulheres podem se dar de variadas formas e que o veto à participação delas no quadro de instituições acadêmicas é uma delas.

SOBRE A TESE “O DESENVOLVIMENTO DA CULTURA DO ALGODÃO NA PROVÍNCIA DE SÃO PAULO (1861-1875)”

A tese de cátedra *O Desenvolvimento da Cultura do Algodão na Província de São Paulo (1861-1875)* da historiadora Alice Piffer Canabrava foi defendida em 1951 e obteve sua primeira edição publicada nesse mesmo ano pela Indústria Gráfica Siqueira. Em 2011 a obra foi relançada, uma vez que viria marcar uma data importante, pois se estivesse viva, a autora estaria completando 100 anos.

A edição comemorativa de 2011 apresenta possibilidades instigantes de reflexão, não apenas da tese, mas também da trajetória de Alice Canabrava na Faculdade de Filosofia e na Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas da USP. José Jobson de Andrade Arruda expôs os caminhos trilhados pela historiadora quando da pesquisa e escrita, destacando as circunstâncias e a complexidade cultural na qual estava inserida:

Se a história se refere, primordialmente, às ações e/ou práticas humanas concretas, ao realmente vivido e, em segunda instância, às interpretações feitas pelos historiadores, cabe à historiografia não uma reflexão sobre a história, enquanto conjunto da produção humana, mas, fundamentalmente, sobre o conhecimento histórico, ou seja, a reflexão sobre a produção dos historiadores ou, em termos correntes, sobre as obras históricas. [...] Vale dizer, o debruçar-se sobre a história-conhecimento. Em decorrência, nenhuma reflexão sobre a produção histórica pode descuidar-se dos circunstanciamentos mais gerais que são também históricos e que estabelecem a conexão entre autor-obra-meio, ou seja, a sociedade (Arruda, 1999, p. 11).

Arruda insere a historiadora nos processos de transformação e modernização de São Paulo quando observa que:

É a sensibilidade aguda para a necessidade ingente do presente transformada em projeto de futuro que transporta Alice de volta ao passado

recente, não muito distante, cujos ruídos ressoavam nitidamente na memória de quem bem viveu a experiência da faina rural em comunidades médias e minúsculas do interior paulista. Aqui, entrelaçam-se os tempos, temporalidades se mesclam e fazem-na encontrar o objeto que os emblematiza, o crescimento vertiginoso da cultura algodoeira que expressava nossa tradição histórica: ascensão, auge e decadência. Decadência transmutada em novo renascer, pois as herbáceas disseminadas deitaram raízes, hibernaram à espreita do novo ciclo industrial (Arruda, 2011, p. 10).

Com relação à tese, as fontes utilizadas por Alice Canabrava são bastante variadas. Como pode ser constatado, ela lançou mão de uma grande quantidade de jornais, tais como: *Diário de São Paulo*, *Correio Paulistano*, *A Província de São Paulo*, além de outros que circularam pelo interior como o *Ypanema de Sorocaba*. As circulares e relatórios do Ministério da Agricultura, Comércio e Obras Públicas às Câmaras Municipais, as cartas como as de Jean Jaques Aubertin, notável incentivador da cultura do algodão em São Paulo, também fazem parte do rol de fontes utilizadas por ela.

Logo no prefácio a autora menciona a utilização da imprensa para compor seus trabalhos de modo a justificar o uso de jornais como fonte de pesquisa:

Mas é principalmente o jornal, com sua linguagem viva e colorida, que melhor nos dá a conhecer o clima psicológico da Província, nos anos do *rush* do algodão, os entusiasmos e as decepções dos plantadores e comerciantes do produto, as apreciações cheias de sabor do homem da rua, representando tantas vezes na figura anônima, mas profundamente sugestiva, do correspondente da cidade. A riqueza do documentário do jornal nos permitiu suprir, muitas vezes, certas lacunas das fontes de procedência municipal (Canabrava, 2011, p. 72).

Apesar dos jornais constituírem documento privilegiado para conhecer “o clima psicológico” da capital, é importante lembrar, conforme análise de Tânia de Luca, que o trabalho com a imprensa periódica:

não se limita a extrair um ou outro texto de autores isolados, por mais representativos que sejam, mas antes prescreve[r] a análise circunstanciada do seu lugar de inserção e [delinear] uma abordagem que faz dos impressos, a um só tempo, fonte e objeto de pesquisa historiográfica rigorosamente inseridos na crítica competente (Luca, 2003, p. 141).

Essas discussões são importantes pois um periódico privilegiado por Alice Canabrava havia sido o *Agricultor Paulista*. Esse periódico, de responsabilidade do fazendeiro de Itu Carlos Ilidro da Silva, fornecia informações relevantes sobre o cultivo do algodão na Província. Sobre o assunto, José Jobson Arruda tece algumas críticas que, segundo ele, revelam certo traço conservador do perfil de Canabrava:

Um dos traços fundamentais da nova metodologia é a postura crítica face aos documentos, tidos como ponto de partida e não de chegada da história. O documento entendido como aparência e não como essência na operação empreendida pelo historiador. Mas não é isto que faz Alice ao destacar a história particular do fazendeiro Carlos Ilidro da Silva, que transformou sua propriedade de café em Itu numa fazenda modelo as custas do erário público, pois recebeu um empréstimo substancial de 15 contos de réis, sem

juros, pelo prazo de cinco anos, e que seriam reembolsados ao tesouro provincial em prestações anuais de três contos de réis. E mais, que a dívida poderia ser perdoada, convertida em prêmio, se o tomador se fizesse merecedor, por aplicar corretamente os ditos recursos no desenvolvimento de sua fazenda, cujas porteiras seriam franqueadas aos interessados para se inteirarem de suas inovações no campo da agricultura. Empréstimo tão oneroso aos cofres públicos que precisou ser repactuado face às dificuldades financeiras da província. Empreendedor notável, na visão de Alice para quem, “podemos considerá-lo, antes de tudo, um grande idealista” (Arruda, 2011, p. 57).

Segundo o historiador, o que se vê é a heroicização do “grande fazendeiro” Carlos Ilidro da Silva a saltar da caneta de Alice Canabrava quando da escrita da tese. A periodização compreende os anos entre 1861 e 1875. Neste caso, Alice Canabrava é pontual, uma vez que é em 1861 que se dá o início da Guerra de Secesão nos Estados Unidos da América, o que justificaria o abastecimento de algodão para a Europa, principalmente, para a Inglaterra; já o ano de 1875 marcaria o retorno da produção e das exportações à níveis anteriores aos da Guerra de Secesão. Segundo Arruda (2011, p. 54):

O evento primacial, a Guerra de Secesão, determina o *boom* algodoeiro. O fim do conflito, sua extinção. Trata-se de um encadeamento direto nos eventos na escala do tempo regidos pela noção de causa e consequência. A síntese que a própria Alice faz sobre o objeto de sua tese, a de que foi elaborada para “averiguar em que medida o algodão fora uma opção para o café, em função da Guerra de Secesão nos EUA”, não corresponde ao seu conteúdo, uma espécie de *wishful thinking* elaborado *a posteriori*.

Conforme apontado por Arruda (2011, p. 55), causas e consequências são expressões-chave da corrente historiográfica dita tradicional, combatida pelos adeptos da metodologia dos *annales*. Atualmente, a ideia de causa foi praticamente abolida pela historiografia, que se abre para um pluralismo interpretativo. Alice Canabrava se inseriu, de certa forma, nesse debate a partir da própria prática historiográfica em que “dialogou” com a vertente denominada positivista.

Seu pioneirismo nas pesquisas em História Econômica também é marcante. Seu arcabouço teórico, tanto em relação à utilização de fontes, quanto no diálogo com outras disciplinas, particularmente à geografia, é reconhecido. Maria Alice Rosa Ribeiro revela que o contato de Alice Canabrava com *annales* foi importante para compor sua tese. Indubitavelmente, “a matriz teórica e metodológica, a forma de se fazer história e a influência das preocupações com os aspectos econômicos vieram dos *Annals*” (Ribeiro, 1999, p. 15).

Outro elemento marcante nas obras de Alice Canabrava e que interliga sua produção aos *annales* é a importância concedida à Geografia nas análises históricas, onde “no plano metodológico é a consideração minuciosa dos fatores geográficos pertinentes a cada situação histórica estudada” (Mello; Nozoe; Saes, 1985, p. 177). Para ela era impossível pensar a História sem uma reflexão apurada dos fatores geográficos, tanto que em seus depoimentos ela cita o geógrafo Lucien Febvre², claro que fortemente inspirada nas leituras exigidas para o curso de Geografia ministrado por Pierre Monbeig.

² Lucien Febvre, em trabalho publicado em 1935 sobre o Reno, menciona: “O Reno: existe na Europa, no mundo, um rio capaz de colocar à duas ciências vizinhas problemas tão diferentes; ou melhor, de mergulhar aqueles que devem resolvê-los, o geógrafo e o historiador, em atmosferas tão dessemelhantes?” (Febvre, 2000, p. 63).

Ainda que reconheçamos o elo entre a produção de Canabrava e dos *annales*, não pretendemos pensar a produção da autora como espécie de suplemento à essa vertente historiográfica. É preciso compreender e valorizar seu trabalho diante da complexidade de sua análise e não diante daquilo que a aproxima dos cânones acadêmicos historiográficos da época.

Conforme mencionado por Natalie Zamon Davis, a primeira geração dos *annales* era uma “confraria de irmãos franceses” composta exclusivamente por editores homens. “A principal exceção no grupo dos fundadores era Simone Vidal Bloch, esposa de Bloch, que atuava como secretária assistente e revisora de todos os seus manuscritos e cujo trabalho nunca foi reconhecido ou sequer mencionado pelo autor de *Apologia à História*” (Davis, 1988, p. 23 *apud* Oliveira, 2018, p. 125). É válido recordar também que apenas duas historiadoras tiveram seus trabalhos publicados pela revista dos *annales* entre os anos 1929-1944, a saber: Thérèse Sclafert e Lucie Varga, ambas sem visibilidade. (Oliveira, 2018, p. 125).

Ocultamentos e segregações sempre existiram, na historiografia e/ou fora dela. De todo modo, a tese *O desenvolvimento da cultura do algodão na Província de São Paulo (1861-1875)* foi produzida como exigência para cátedra e, mesmo com eventuais atitudes, marcou consideravelmente as pesquisas em História Econômica no Brasil, bem como o pioneirismo dessa historiadora que se almeja dar a visibilidade que merece.

No decorrer do texto procuramos expor a trajetória acadêmica de Alice Piffer Canabrava, sem dúvidas, inspiradora. Vários fatores contribuíram para o ingresso dessa historiadora na Universidade de São Paulo, sobretudo, os conhecimentos teóricos e metodológicos acerca da História. Ainda assim, seu percurso é marcado por um espaço constituído de relações desiguais de poder no que se refere ao gênero.

Maria da Glória Oliveira (2018, p. 108) ao tecer reflexões sobre a história da historiografia, afirma não faltar evidências sobre a escassez e a pouca centralidade dos estudos sobre historiadoras. Esse caso poderia ser visto através da análise de obras de síntese que propõem balanços historiográficos, tais como a coletânea *Os historiadores*, organizada por Maurício Parada e que em seus quatro volumes de ensaios, trata de autores “clássicos” da historiografia não mencionando sequer uma autora mulher. Ainda de acordo com Oliveira, se fizéssemos um levantamento na revista *História da Historiografia*, perceberíamos um desequilíbrio de gênero. “Em seus 26 números, apenas 124 textos são assinados por mulheres, o que corresponde a 29% do total de 422 artigos e resenhas publicadas ao longo dos 10 anos de existência da revista (2008 a 2018).” Quando passamos a analisar os títulos e temas dos artigos das publicações, percebemos que apenas “cinco artigos contemplam estudos sobre a obra e a trajetória de autoras e/ou historiadoras, sendo predominantes os estudos em torno de nomes masculinos canônicos da historiografia geral” e brasileira (Oliveira, 2018, p. 110).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No processo de constituição da História enquanto disciplina acadêmica no século XIX, e também ao longo do século XX, as mulheres foram muitas vezes relegadas ao anonimato. Cabe a nós historiadoras e historiadores indagarmos hoje sobre os limites daquilo que Maria da Glória Oliveira denominou de “constatação resignada” em relação à cultura historiográfica brasileira, corroborando a ideia de que não havia mulheres historiadoras devido à condição feminina na sociedade patriarcal marcada pela falta de acesso à educação, à cultura letrada e à formação profissional. Assim:

Se, por um lado, o caráter excludente desse contexto não pode ser menosprezado, por outro, tampouco seria irrelevante lembrar que, no processo específico de disciplinarização do conhecimento histórico, o que era então reconhecido como “historiográfico” pressupunha uma circunscrição de gênero de escrita menos baseada em critérios vinculados a uma modalidade textual de contornos bem definidos e mais na autoridade daquele que a praticava, em grande parte, baseada no sexo, raça e classe social (Oliveira, 2010, p. 118).

É consenso atual entre historiadoras e historiadores que Canabrava adentrou em um mundo que, até então, não era considerado espaço para mulher e por conta disso, foi preterida academicamente e não obteve a visibilidade condigna. Levando isso em consideração, julgamos necessário tratar o “universo feminino” pelo ponto de vista das atividades intelectuais, para além de questões ligadas ao corpo, à maternidade e à sexualidade.

Em vista disso e buscando contribuir de alguma maneira para a superação dos esquecimentos e invisibilidades frente aos cânones dominantes na historiografia brasileira, apresentamos, ainda que brevemente, os fatos ocorridos no concurso da USP e partes de sua trajetória biográfica, de modo a destacar que, apesar de ser uma historiadora competente, foi preterida e sofreu as consequências por ser mulher.

REFERÊNCIAS

- ARRUDA, José J. de A. Alice Canabrava: História e Mito. In: CANABRAVA, Alice P. **O desenvolvimento da cultura do algodão na província de São Paulo (1861-1875)**. 2.ed. São Paulo: EDUSP/ANPUH, 2011.
- ARRUDA, José J. de A. **Historiografia: teoria e prática**. São Paulo: Alameda, 2014.
- ARRUDA, José J. de A. **Historiografia luso-brasileira contemporânea**. Bauru: EDUSC, 1999.
- BARZAGHI, Jandira F: Química. In: BLAY, Eva A.; LANG, Alice B. S. G. **Mulheres na USP: horizontes que se abrem**. São Paulo: Associação Editorial Humanitas, 2004.
- BLAY, Eva A.; LANG, Alice B. S. G. **Mulheres na USP: horizontes que se abrem**. São Paulo: Associação Editorial Humanitas, 2004.
- BRESCIANI, Maria S. M. Permanência e ruptura no estudo das cidades. In: FERNANDES, Ana; GOMES, Marco A. A. de F. (orgs.) **Cidade e história: modernização das cidades brasileiras nos séculos XIX e XX**. Salvador: UFBA/FAU/ANPUR, 1992. p. 11-26.
- CANABRAVA, Alice P. **O desenvolvimento da cultura do algodão na província de São Paulo (1861-1875)**. 2 ed. São Paulo: EDUSP/ANPUH, 2011.
- CANABRAVA, Alice P. **O Caminho percorrido**. Araraquara: ABPHE, set. 2003.
- CANABRAVA, Alice P: Historiadora. In: BLAY, Eva A.; LANG, Alice B. S. G. **Mulheres na USP: horizontes que se abrem**. São Paulo: Associação Editorial Humanitas, 2004.
- CAPELATO, Maria H. R.; GLEZER, Raquel; FERLINI, Vera L. do A. Escola uspiana de História. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 8, n. 22, p. 349-358, 1994.
- FEBVRE, Lucien. **O Reno: história, mitos e realidades**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.
- LUCA, Tânia R. de. **História dos, nos e por meio dos periódicos**. In: PINSKY, Carla B. (org). **Fontes Históricas**. São Paulo: Contexto, 2003.p.111-153.
- MELLO, Zélia C. de; NOZOE, Nelson H.; SAES, Flávio M. de A. Três pesquisas pioneiras em História Econômica: as teses universitárias de Alice Canabrava. **Estudos Econômicos**. São Paulo, v. 15, n. especial, p. 169-179, 1985.
- OLIVEIRA, Maria da G. de. Os sons do silêncio: interpelações feministas decoloniais à história da historiografia. **História da Historiografia**, v. 11, n. 28, p. 104-140, set./dez. 2018.
- RIBEIRO, Maria A. R. As primeiras pesquisadoras brasileiras em História Econômica e a construção da disciplina no Brasil. **História Econômica & História de Empresas**, v. II, n. 2, p. 7-40, 1999.

- SAES, Flavio. A obra de Alice Canabrava na historiografia brasileira. **História Econômica & História de Empresas**, v. II, n. 2, p. 41-61, 1999.
- SCOTT, Joan W. Gênero, uma categoria útil de análise histórica. **Educação e Realidade**, v. 20, n. 2, p. 71-99, 1995.
- SCOTT, Joan W. História das mulheres. In: BURKE, Peter (org.) **A escrita da História: novas perspectivas**. São Paulo: UNESP, 1992. p. 63-95.

NOTAS DE AUTOR

AUTORIA

Beatriz Rodrigues. Doutora em História e Cultura Social pela Universidade Paulista Júlio de Mesquita Filho – UNESP, docente do Departamento de História da Universidade Federal de Rondônia, Rolim de Moura, RO, Brasil.

Cleyton Rodrigues dos Santos. Doutor em História Econômica pela Universidade de São Paulo, USP. Professor Colaborador do Departamento de História da Universidade Estadual do Centro-Oeste, Campus de Guarapuava, PR, Brasil.

ENDEREÇO PARA CORRESPONDÊNCIA

UNIR / Beatriz Rodrigues
Avenida Norte Sul, 7300, Nova Morada
CEP 76940-000 – Rolim de Moura - RO
Brasil

ORIGEM DO ARTIGO

O artigo não está vinculado a projeto.

AGRADECIMENTOS

Não se aplica.

CONTRIBUIÇÃO DE AUTORIA

Concepção e elaboração do manuscrito: Beatriz Rodrigues e Cleyton Rodrigues dos Santos

Coleta de dados: Beatriz Rodrigues e Cleyton Rodrigues dos Santos

Análise de dados: Beatriz Rodrigues e Cleyton Rodrigues dos Santos

Discussão dos resultados: Beatriz Rodrigues e Cleyton Rodrigues dos Santos

Revisão e aprovação: Beatriz Rodrigues e Cleyton Rodrigues dos Santos

FINANCIAMENTO

Não se aplica.

CONSENTIMENTO DE USO DE IMAGEM

Não se aplica.

APROVAÇÃO DE COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA

Não se aplica.

CONFLITO DE INTERESSES

Nenhum conflito de interesse foi relatado.

DISPONIBILIDADE DE DADOS E MATERIAIS

Os conteúdos subjacentes ao artigo estão nele contidos.

PREPRINT

O artigo não é um preprint.

LICENÇA DE USO

© Beatriz Rodrigues e Cleyton Rodrigues dos Santos. Este artigo está licenciado sob a [Licença Creative Commons CC-BY](#). Com essa licença você pode compartilhar, adaptar e criar para qualquer fim, desde que atribua a autoria da obra.

PUBLISHER

Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação em História. Portal de Periódicos UFSC. As ideias expressadas neste artigo são de responsabilidade de seus autores, não representando, necessariamente, a opinião dos editores ou da universidade.

EDITOR

Jo Klanovicz.

HISTÓRICO

Recebido em: 13 de novembro de 2023.

Aprovado em: 18 de janeiro de 2024.

Como citar: RODRIGUES, Beatriz; SANTOS, Cleyton R. dos. As mulheres na Universidade de São Paulo (USP): Alice Piffer Canabrava e a (in)visibilidade da mulher na historiografia brasileira. *Esboços*, Florianópolis, v. 31, n. 56, p. 21-35, 2024.

